

Trabalho de Conclusão de Curso (2024.3)

**IMPACTO DA TEMPESTIVIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA:
ANÁLISE DOS EFEITOS DOS ATRASOS E MUDANÇA DE AUDITORIA EM
EMPRESAS DA B3**

Elídia Marina Lacerda Bezerra¹, Kelly Cristina de Oliveira², Tomaz da Silva Melo³

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar como a mudança de auditoria afeta no prazo da publicação dos resultados das empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa com uma amostra constituída por 385 companhias, utilizando dados secundários financeiros analisando o período de 2013 a 2023. As variáveis analisadas foram: variáveis dependentes como o prazo de publicação e a defasagem, variáveis explicativas considerando se houve troca obrigatória, troca de sócio contador ou alteração entre firmas big four ou não big four, segundo as definições propostas por Lawrence et. al (2011), e variáveis de controle como *mart-to-book*, tamanho da entidade, alavancagem operacional e qual o segmento definido pela B3. Utilizou-se de regressões com dados em painel. Os resultados revelaram que a troca de auditoria está relacionada à perda de prazo de publicação das informações financeiras das companhias listadas na B3 de forma positiva, ou seja, a mudança de auditoria contribuiu para reduzir o atraso na divulgação. No entanto, conforme DeFond e Zhang (2014), a troca de auditoria pode melhorar a qualidade das divulgações ao introduzir novos processos e maior rigor, mas também pode resultar em atrasos temporários devido à curva de aprendizado do novo auditor. Esse cenário é consistente com os achados desta pesquisa, que identificaram impacto negativo relevante inicial da troca de sócio contador sobre a tempestividade.

Palavras-chave: Demonstrações financeiras. Tempestividade. Auditoria. Atrasos na divulgação.

1 INTRODUÇÃO

Em uma reportagem publicada pela Revista Exame em 2013, foi destacado que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa tomaram medidas para monitorar a divulgação de informações periódicas por companhias abertas no primeiro semestre de 2013. Durante esse período, 83 empresas listadas não enviaram ou apresentaram com atraso suas demonstrações financeiras anuais de 2012, marcando um aumento de 16,9% em comparação com o mesmo período de 2012. Além disso, houve um crescimento de 40,4% no número de empresas enfrentando dificuldades com os prazos das demonstrações financeiras padronizadas (totalizando 73) e um aumento de 15,6% nas dificuldades relacionadas às atas de Assembleia Geral Ordinária. A reportagem também menciona um aumento no número de demonstrações financeiras com ressalvas de auditoria independente: 41 para as demonstrações financeiras de 2012 e 45 para o relatório do primeiro trimestre de 2013 (DURÃO, 2013).

¹ Graduanda em Ciências Contábeis. Universidade Federal Rural do Semi-árido.
elidia.bezerra@alunos.ufersa.edu.br

² Mestre em Administração. Universidade Potiguar. kelly.oliveira@ufersa.edu.br

³ Mestre em Contabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina. tomaz.melo@posgrad.ufsc.br

No Brasil, o artigo 1º da Instrução CVM nº 351/2001 estabelecia que as companhias eram obrigadas a fornecer informações periódicas sobre suas demonstrações financeiras, incluindo as consolidadas. Essas informações, elaboradas conforme a Lei nº 6.404/1976, deveriam ser acompanhadas pelo relatório da administração e pelo parecer do auditor independente, e serem apresentadas no prazo máximo de três meses após o término do exercício social.

Se as demonstrações financeiras não forem apresentadas dentro do prazo legal, o artigo 58 da mencionada Instrução da CVM estabelece uma penalidade de multa diária para a empresa, que varia conforme sua categoria e o tipo de negociação de valores mobiliários. Caso o emissor esteja em atraso por pelo menos três meses, seu nome será divulgado no site da CVM (conforme o artigo 59). Sendo assim, estando alinhado com as normativas da CVM, o CPC 00 destaca a importância da conformidade e da transparência na divulgação de informações financeiras, reforçando que a utilidade da informação contábil depende de sua representação fidedigna e tempestividade. Dessa forma, o descumprimento de prazos regulatórios pode comprometer a relevância e a confiabilidade dessas informações.

Além disso, o prazo para a divulgação das demonstrações financeiras é uma questão crucial para os usuários das informações contábeis. Reconhece-se que a tempestividade é uma característica fundamental para determinar a relevância da informação contábil, especialmente em mercados de capitais emergentes e em desenvolvimento (VURAN; ADIOGLU, 2013). Para atrair investidores e levantar capital, as empresas devem demonstrar que um investimento em sua organização é seguro, o que exige relatórios financeiros que forneçam informações confiáveis e sejam divulgadas de forma oportuna (MCGEE, 2007).

Mediante o exposto, a presente pesquisa apresenta a seguinte questão-problema: **Como a mudança de auditoria afeta no prazo da publicação dos resultados das empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3?** Especificamente, o presente artigo tem como objetivo analisar como a mudança de auditoria afeta no prazo da publicação dos resultados das empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3. Conforme estabelecido no CPC 00 (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro), a relevância das informações contábeis está diretamente relacionada à sua capacidade de influenciar as decisões econômicas dos usuários. De acordo com Cirino et al., (2024), a tempestividade das informações contábeis é crucial para minimizar a assimetria informacional e permitir que as informações sejam comunicadas em tempo hábil, influenciando diretamente na tomada de decisões. Em mercados de capitais emergentes e recém-desenvolvidos a pontualidade na publicação das informações contábeis pode influenciar significativamente a percepção dos investidores sobre a saúde e a transparência das empresas. A demora na divulgação de relatórios financeiros pode levar à desconfiança e à redução do valor das ações, impactando negativamente a capacidade das empresas de levantar capital e de manter a confiança dos stakeholders.

Além disso, mudanças de auditoria e atrasos na entrega de informações financeiras podem afetar a credibilidade dos relatórios contábeis, resultando em maior volatilidade e incerteza para os investidores. A falta de conformidade com os prazos estabelecidos pode indicar problemas subjacentes na gestão da empresa, tornando-se um sinal de alerta para investidores e reguladores.

Dado que empresas de capital aberto listadas na B3 exigem altos padrões de transparência, compreender como esses fatores influenciam a relevância e a confiabilidade das informações financeiras é vital. Este trabalho justifica-se pela necessidade de analisar os efeitos da tempestividade na divulgação de informações financeiras e avaliar como os atrasos e mudanças de auditoria impactam a percepção dos investidores e a eficiência do mercado. Os resultados dessa pesquisa podem fornecer insights valiosos para melhorar as

práticas de divulgação, promover a transparência e fortalecer a confiança dos investidores, contribuindo assim para o desenvolvimento e a estabilidade do mercado financeiro.

A justificativa para o presente estudo decorre da necessidade de compreender como a mudança de auditoria influencia na divulgação das informações financeiras. Pesquisas anteriores como o estudo de Paulo e Cavalcante (2013), já exploraram a relação entre a mudança de auditoria e a qualidade da informação contábil, indicando que mudanças de auditoria podem resultar em atrasos na divulgação e potenciais impactos na confiabilidade dos dados financeiros. No entanto, este estudo se diferencia ao concentrar-se em como a alteração de empresa de auditoria afeta na publicação desses resultados, permitindo uma análise mais voltada a fatores como a perda de prazo na publicação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEMPESTIVIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Uma informação é considerada relevante quando é disponibilizada no momento adequado de forma a impactar na tomada de decisão. Assim, a tempestividade da informação torna-se um fator crucial na divulgação das demonstrações financeiras. Para assegurar que os usuários tenham acesso aos dados atualizados, é essencial que a coleta, organização e publicação das informações contábeis ocorram de maneira ágil (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007). O conceito de tempestividade tem sido amplamente explorado em diversos estudos que investigam como o tempo de divulgação dos relatórios financeiros pode influenciar o gerenciamento de resultados e a qualidade da informação contábil. Neste tópico, realizaremos uma análise comparativa dos principais estudos sobre o tema encontrado no *SciELO*, com foco no contexto brasileiro, relacionando os achados e discutindo como eles dialogam entre si.

Um estudo relevante elaborado por Salgado e Souza (2020) evidenciou o efeito da tempestividade contábil no gerenciamento de resultados de empresas brasileiras listadas na B3 e examinou o impacto de três proxies de tempestividade: defasagem na publicação, perda de prazo e republicação. Utilizando uma amostra de 172 empresas entre 2010 e 2018, os resultados indicaram que a demora ou perda de prazo na divulgação está associada a um maior gerenciamento de resultados. Além disso, a republicação dos relatórios, seja de maneira espontânea ou obrigatória, também foi relacionada a práticas de manipulação dos resultados. Essa pesquisa oferece uma perspectiva importante sobre como a tempestividade pode ser utilizada de maneira oportunista pelos gestores para influenciar a percepção dos investidores, especialmente em situações em que há gerenciamento de resultados.

Já Altoé et al. (2015) investigou a influência da tempestividade contábil nas práticas de suavização de resultados. Com base em uma amostra de 185 empresas brasileiras de capital aberto, a pesquisa utilizou o modelo de Eckel (1981) como proxy para suavização de resultados. Os achados sugerem que a tempestividade da informação contábil afeta diretamente as práticas de suavização de resultados, confirmando que a oportunidade de decisão sobre "o que", "como" e "quando" divulgar a informação oferece aos gestores a capacidade de influenciar a qualidade das demonstrações financeiras. Esse estudo reforça a ideia de que a tempestividade pode ser uma ferramenta para gestores manipularem resultados, em especial quando há pressão por desempenho estável.

No que tange aos fatores que influenciam o prazo de publicação das demonstrações financeiras, um estudo focado no prazo de divulgação de relatórios financeiros no Brasil entre 2008 e 2013 explorou variáveis como tamanho, lucratividade, endividamento, setor de atuação e qualificação de auditoria (SILVA SÁ, 2014). Os resultados mostraram uma tendência de melhoria na tempestividade ao longo dos anos, com uma diminuição no número de atrasos. Entretanto, empresas que apresentaram prejuízo ou passaram por mudanças contábeis publicaram suas demonstrações com maior demora. Esse estudo fornece uma visão macro do cenário da tempestividade no Brasil, destacando como fatores

internos e externos influenciam o tempo de divulgação, o que pode ser cruzado com as práticas de gerenciamento de resultados evidenciadas nos estudos anteriores.

Outro ponto de vista é trazido por Tavares et. al (2022) que analisou o impacto da governança corporativa na relação entre tempestividade e gerenciamento de resultados em empresas de capital aberto no Brasil. O estudo concluiu que a governança corporativa reduz a relação entre tempestividade e práticas de gerenciamento de resultados. Ou seja, em empresas com altos padrões de governança, como as de segmento do Novo Mercado, a demora na publicação das demonstrações financeiras não está necessariamente associada a práticas oportunistas do gerenciamento de resultados. Em um estudo proposto por Batistelli et al. (2020), evidencia que novas práticas de governança corporativa têm influência positiva no desempenho das empresas. Este estudo contribuiu para compreender que empresas que optam por práticas de governança corporativa e que seguem os princípios de governança apresentam maior transparência e confiabilidade para os acionistas, passando assim uma maior credibilidade e confiança para um futuro investidor.

Por fim, um estudo recente de Melo et al. (2024) investigou a relação entre o perfil financeiro das empresas e o prazo de publicação de demonstrações contábeis. Analisando companhias listadas na B3 entre 2013 e 2023, a pesquisa revelou que empresas com maior folga financeira tendem a atrasar a divulgação de seus relatórios. Isso sugere que a liquidez e outros fatores financeiros podem influenciar na tempestividade, adicionando uma nova dimensão à análise do tema.

Em síntese, a utilidade da informação não depende apenas de sua natureza e conteúdo, mas também do momento em que é divulgada, ou seja, da tempestividade. Mesmo que os dados apresentados sejam de alta qualidade e confiabilidade, sua relevância pode ser comprometida se não forem disponibilizados no momento adequado (KIRCH et al., 2012). A tempestividade contábil é um fator crucial no gerenciamento de resultados e a sua relação com a qualidade da informação varia de acordo com fatores como governança corporativa, folga financeira e a pressão por desempenho. Enquanto alguns estudos indicam que a demora na divulgação pode ser um indicativo de práticas oportunistas (KIRCH et al. 2012), outros sugerem que uma governança forte pode neutralizar esse efeito (TERRA E LIMA, 2006). Assim, é essencial que futuros trabalhos aprofundem o entendimento sobre como diferentes variáveis interagem com a tempestividade e suas implicações para o mercado de capitais brasileiro.

2.2 MUDANÇAS NA AUDITORIA NO AMBIENTE CORPORATIVO

As mudanças na auditoria, tanto interna quanto externa, têm se mostrado um tema relevante e de crescente importância no ambiente corporativo, especialmente em resposta aos escândalos financeiros e à evolução das regulamentações (CORBARI et al. 2017). O estudo elaborado por Leite et al. (2021) sobre "Auditoria Interna como Ferramenta para Tomada de Decisões nas Organizações" destaca como a auditoria interna se consolidou como um instrumento essencial para a gestão de riscos e a tomada de decisões estratégicas nas empresas, mesmo em organizações de pequeno porte. Esse trabalho reforça a importância da auditoria como uma prática que, ao respeitar padrões de qualidade, eleva a confiabilidade das informações e, conseqüentemente, a assertividade das decisões.

Relacionando essa perspectiva à pesquisa "Fraquezas Materiais e Mudanças nos Controles Internos de Empresas Brasileiras com Ações Negociadas na Nyse" de Perazzolli et al. (2020), investigou as mudanças nos controles internos para remediar fraquezas materiais em empresas listadas na Bolsa de Nova Iorque, fica evidente o papel da auditoria externa como uma força motriz para a melhoria contínua dos processos de controle interno. As fraquezas materiais detectadas pelas auditorias externas, muitas vezes identificadas por grandes firmas como a *PricewaterhouseCoopers*, destacam a necessidade de mudanças estruturais nas empresas, principalmente nos componentes de controle e atividades operacionais, conforme definidos pelo Coso (2013). Ambas as pesquisas dialogam no

sentido de que a auditoria, seja interna ou externa, é um mecanismo fundamental para assegurar a eficiência e a segurança nas práticas corporativas.

A discussão sobre o papel da auditoria na governança corporativa é aprofundada no artigo "Auditoria Independente no contexto da Governança Corporativa" de Barros (2009), que propõe entender como as auditorias proporcionam maior transparência e segurança no ambiente organizacional. Este trabalho está intimamente ligado à Lei Sarbanes-Oxley (2002), que estabeleceu padrões mais rigorosos para os controles financeiros, especialmente após os grandes escândalos corporativos. A auditoria, nesse contexto, ganha um caráter central na estrutura de governança, assegurando que as práticas empresariais estejam alinhadas com os princípios de transparência e mitigação de riscos.

Por fim, o estudo "Legitimidade Corporativa em Empresas Ambientalmente Sensíveis da B3: Análise dos Principais Assuntos de Auditoria" de Sodré e Pereira (2019) contribui para a discussão ao examinar como as empresas dos setores químico e de madeira/papel utilizam os relatórios de auditoria para abordar questões socioambientais. Embora tenha sido constatada uma postura neutra por parte dos auditores na divulgação dessas informações, o estudo levanta a discussão sobre a legitimidade corporativa e o papel da auditoria em reforçar a responsabilidade social e ambiental das empresas. Este ponto complementa a abordagem da governança corporativa, que também visa atender às expectativas dos stakeholders em termos de sustentabilidade e responsabilidade social, consolidando o papel da auditoria como uma ferramenta multifuncional e essencial no cenário empresarial contemporâneo.

Em conjunto, esses estudos oferecem uma visão abrangente sobre as mudanças e a importância crescente da auditoria no fortalecimento dos controles internos, da governança corporativa e da legitimidade das empresas, mostrando que, ao longo dos anos, a auditoria tem se consolidado como um pilar fundamental para a sustentabilidade e o sucesso organizacional.

2.3 O ATUAL IMPACTO DA TEMPESTIVIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

O impacto da tempestividade da informação financeira tem explorado amplamente como a rapidez na divulgação de relatórios financeiros afeta a qualidade da informação contábil e as decisões dos *stakeholders*. A tempestividade é considerada uma característica qualitativa fundamental, conforme descrito no CPC 00 (R2), pois garante que as informações financeiras sejam úteis antes de se tornarem obsoletas. A literatura acadêmica destaca que atrasos na divulgação podem prejudicar a confiança dos investidores, aumentar a assimetria informacional e até sinalizar práticas oportunistas, como o gerenciamento de resultados. Salgado e Souza (2021) demonstraram que empresas que atrasam ou republicam relatórios frequentemente apresentam maior probabilidade de manipulação de resultados, comprometendo a confiabilidade das informações financeiras.

Diversos fatores foram identificados como determinantes da tempestividade. Estudos como o de Baatwah et al. (2018) e Marques et al. (2023) apontam que empresas com maior folga financeira, ou seja, maior liquidez, tendem a divulgar relatórios mais rapidamente, enquanto altos níveis de endividamento estão associados a atrasos na publicação. Além disso, a governança corporativa desempenha um papel crucial: conselhos administrativos diversificados e independentes podem melhorar os prazos de divulgação, enquanto mudanças frequentes de auditorias podem causar atrasos devido à necessidade de adaptação dos novos auditores aos processos internos das empresas (ASHRAF et al., 2020). No contexto internacional, pesquisas realizadas em mercados como Indonésia e Turquia indicam que características como tamanho da empresa, rentabilidade e propriedade institucional também influenciam significativamente os prazos de divulga o (OZER et al., 2023; AL-AJAMI, 2022).

No Brasil, Campos et al. (2022) e Alves e Macedo (2020) analisaram o impacto da tempestividade em empresas listadas na B3. Pesquisas como as de Vieira et al. (2023) sugerem que empresas com melhores práticas de governança corporativa conseguem

manter a tempestividade mesmo em períodos desafiadores, como durante a pandemia de COVID-19. Por outro lado, Rodrigues e Martinez (2018) destacaram que práticas tributárias agressivas podem contribuir para atrasos na divulgação dos relatórios financeiros. Além disso, as características das notícias divulgadas também influenciam os prazos: empresas tendem a adiar a publicação quando as informações contêm notícias negativas (VIVAS et. al., 2020).

A tempestividade também está relacionada à qualidade dos lucros reportados, Leventis e Weetman (2004) e Al-Ajmi (2008) evidenciam que atrasos podem diminuir o valor informacional das demonstrações financeiras e dificultar decisões estratégicas por parte dos investidores. Por exemplo, Kirch et al. (2012) observaram que atrasos aumentam a incerteza nas decisões de investimento e reduzem a relevância das informações contábeis. Além disso, pesquisas recentes sugerem que auditorias realizadas por firmas renomadas ("Big Four") estão associadas a uma maior tempestividade devido à eficiência nos processos de revisão e à redução do risco de erros materiais futuros (ASHRAF et al., 2020).

Portanto o impacto da tempestividade da informação financeira vai além da simples conformidade regulatória. Ele afeta diretamente a percepção do mercado sobre a transparência e confiabilidade das empresas, influenciando decisões de investimento e contribuindo para a eficiência dos mercados financeiros (SALGADO E SOUZA, 2020). Estudos recentes publicados na Revista Contabilidade, Gestão e Governança (2024), reforçam que melhorar os prazos de divulgação é essencial para reduzir assimetrias informacionais e promover maior confiança entre os stakeholders.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO E COLETA DAS INFORMAÇÕES

A presente pesquisa foi delimitada com o objetivo de analisar o impacto da mudança de empresa de auditoria na tempestividade dos relatórios financeiros das entidades brasileiras de capital aberto listadas na B3. Este estudo adota uma abordagem quantitativa, no período de 2013 a 2023, esse período engloba um ciclo relevante de transformação no mercado financeiro, incluindo aumento na fiscalização e a adaptação das empresas às novas demandas. Essa adoção permite também uma compreensão mais robusta. Foi utilizado dados secundários coletados a partir de relatórios financeiros e informações públicas disponíveis de referência de 385 companhias listadas na B3.

A amostra é composta por empresas listadas na B3, e o presente estudo tem como objetivo verificar efeito da mudança de auditoria em relação a tempestividade das demonstrações financeiras, levando em consideração os reportes publicados por entidades brasileiras com ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão). A análise abrange o período de 2013 a 2023, garantindo uma amostra temporal suficiente para captar variações nos padrões de tempestividade e mudanças de auditoria. Para garantir a robustez dos resultados, foram excluídas empresas financeiras, empresas com dados incompletos ou valor atípico (*outliers*) e empresas com resultado negativo que influenciaram diretamente nos resultados. Utilizou-se de regressões com dados em painel. Assim, a amostra final foi composta por 244 empresas. A Tabela 1, apresentada a seguir, detalha a amostra final do estudo.

Tabela 1 – Critérios para exclusão de companhias da amostra
Companhias entre o período de 2013 a 2023

		385
(-) Empresas Financeiras	50	12,9 %
(-) Empresas com Dados Faltantes	50	12,9 %
(-) Empresas com PL negativo	16	4,15%
(-) Empresas com <i>Outliers</i>	25	6,49 %
(=) Número final de empresas do estudo	244	63,37 %

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Observa-se que foram excluídas da amostra as empresas com EBIT negativo, bem como aquelas que apresentaram valores considerados *outliers*. A exclusão de empresas financeiras deu-se em virtude de possuírem características específicas. Empresas com EBIT e PL negativo foram removidas por impactarem nos índices estudados. Essas decisões foram necessárias em razão de que esses dados podem distorcer os resultados, seguindo os aspectos metodológicos evidenciados por Souza et. al. (2023) e Silva et. al. (2020). Diante disso, o número final de empresas do estudo foi de 244. Além disso, a exclusão das companhias que contribuíram para a formação de *outliers* é justificada pela identificação de variáveis que ultrapassaram dois desvios padrão em relação à média, considerando que algumas empresas apresentaram discrepância de tamanho. Essa abordagem está alinhada às decisões metodológicas adotadas por Silva et. al. (2020) e Salgado e Souza (2021), que investigam a tempestividade e a qualidade da informação financeira. Como consequência o estudo configura-se como um painel desbalanceado, visto que a indisponibilidade de dados impossibilitou a análise de todas as empresas ao longo de 10 anos. Assim, as observações totalizaram-se em 1.680.

As variáveis dependentes utilizadas são "Perda do Prazo" (PP) e "Timeline" (TL). A variável PP é uma dummy que assume valor 1 se a empresa perdeu o prazo regulamentar para divulgação dos relatórios financeiros e 0 caso contrário, conforme metodologia adotada por Salgado e Sousa (2021) e Owusu-Ansah e Leventis (2006). Já a variável (TL) mede o atraso em dias entre o encerramento do exercício social e a publicação dos relatórios financeiros.

As variáveis explicativas de interesse incluem diferentes dimensões relacionadas à auditoria. A "Troca Voluntária" (TVOLUN) é uma variável dummy que assume valor 1 se a troca da firma de auditoria ocorreu voluntariamente em período inferior a cinco anos desde a última mudança, conforme Silvestre et. al. (2018) e Sousa et. al. (2021). A "Troca Obrigatória" (TOBRIG), também uma dummy, mede se a troca ocorreu obrigatoriamente após cinco anos ou mais desde a última mudança, com base em Kim et al. (2015). A "Troca do Sócio de Auditoria" (TSOCIO) captura se houve mudança no sócio responsável pela auditoria em relação ao ano anterior, enquanto a "Troca de Porte da Empresa de Auditoria" (TPORTE) avalia se houve alteração entre firmas Big Four e não Big Four, seguindo as definições propostas por Lawrence et. al. (2011).

Como variáveis de controle, foram incluídas medidas que podem influenciar tanto a tempestividade quanto às mudanças de auditoria. O "Market-to-Book" (MTB) reflete as expectativas de crescimento da empresa; o "Tamanho" (TAM) é medido pelo logaritmo natural do ativo total; a "Alavancagem Operacional" (ALAV) considera o desempenho operacional da companhia; e o "Setor" (SET) é uma dummy que classifica as empresas conforme os segmentos definidos pela B3.

Tabela 2 – Variáveis da pesquisa

Sigla	Proxies	Fórmula	Base teórica
Variáveis dependentes			
Perda do prazo (PP)	Medir o atraso na publicação dos reportes	Dummy 1 se a companhia perdeu o prazo de publicação, 0 caso contrário.	Salgado e Sousa (2021); Owusu-Ansah e Leventis (2006); Melo et al. (2024).
Timeline (TL)	Medir o atraso na entrega dos relatórios	Atraso de divulgação em número de dias	
Variáveis explicativas de interesse			

Continuação da Tabela 2 – Variáveis da pesquisa

Troca voluntária (TVOLUN)	Variável dicotômica que captura se a troca da firma de auditoria independente foi em período inferior a cinco anos desde a última mudança de empresa de auditoria	Variável <i>dummy</i> com duas categorias: trocou voluntariamente (1), não trocou ou a troca foi obrigatória (0) da firma	Silvestre et al. (2018); Sousa et al. (2021).
Troca obrigatória (TOBRIG)	Variável dicotômica que mede se a troca da firma de auditoria independente foi em período igual ou superior a cinco anos desde a última troca da firma de auditoria	Variável <i>dummy</i> com duas categorias: trocou obrigatoriamente (1), não trocou ou a troca foi voluntária (0) da empresa de auditoria	Kim et al. (2015); Sousa et al. (2021).
Troca do sócio de auditoria (TSOCIO)	Variável dicotômica que captura se a companhia foi auditada por um sócio de auditoria diferente do ano anterior	Variável <i>dummy</i> com duas categorias: trocou (1) ou não trocou (0) o sócio de auditoria	Sousa et al. (2021); Jenkins e Vellury (2008).
Troca de porte da empresa de auditoria (TPORTE)	Variável dicotômica que captura se a empresa de auditoria é do mesmo porte da firma de auditoria do ano anterior. As empresas de auditoria foram classificadas em duas categorias, sendo <i>Big 4</i> ou não	Variável <i>dummy</i> com duas categorias: trocou (1) ou não trocou (0) de porte de empresa de auditoria, ao considerar o porte <i>Big 4</i> ou não	Lawrence et al. (2011); Francis et al. (2014).
Variáveis de controle			
Market-to-book (MTB)	Medida que captura a expectativa de crescimento da companhia	$\frac{\text{Valor de mercado}}{\text{PL contábil}}$	
Tamanho (TAM)	Medida que observa o ativo total da companhia para sua base logarítmica	Ln (Ativo total)	
Grau de Alavancagem Operacional (GAU)	Medida de desempenho operacional da companhia	$\frac{\text{Lucro bruto}}{(\text{Lucro bruto} - (\text{Despesas com vendas} + \text{Despesas ad}))}$	Sousa et al. (2021); Melo et al. (2024).
Setor (SET)	Medida de cada companhia com base	Variável Dummy que representa cada setor	

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Após a coleta de todas as variáveis do estudo, para a variável dependente Perda de Prazo (PP) foi utilizado o modelo de regressão logística com dados em painel, em que se utiliza as equações apresentadas a seguir para delinear os modelos:

$$PP_{i,t} = \beta_0 + D_1 TVOLUNT_{i,t} + \beta_1 TAM_{i,t} + \beta_2 GAU_{i,t} + \beta_3 MTB_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

$$PP_{i,t} = \beta_0 + D_1 TOBRIG_{i,t} + \beta_1 TAM_{i,t} + \beta_2 GAU_{i,t} + \beta_3 MTB_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

$$PP_{i,t} = \beta_0 + D_1 TSOCIO_{i,t} + \beta_1 TAM_{i,t} + \beta_2 GAU_{i,t} + \beta_3 MTB_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (3)$$

$$PP_{i,t} = \beta_0 + D_1 TPORTE_{i,t} + \beta_1 TAM_{i,t} + \beta_2 GAU_{i,t} + \beta_3 MTB_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (4)$$

Para o estudo da variável dependente Timeline (TL), adotou-se o modelo de regressão linear múltipla com dados em painel, que utiliza as equações apresentadas a seguir para delinear os modelos:

$$TL_{i,t} = \beta_0 + D_1 TVOLUNT_{i,t} + \beta_1 TAM_{i,t} + \beta_2 GAU_{i,t} + \beta_3 MTB_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (5)$$

$$TL_{i,t} = \beta_0 + D_1 TOBRIG_{i,t} + \beta_1 TAM_{i,t} + \beta_2 GAU_{i,t} + \beta_3 MTB_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (6)$$

$$TL_{i,t} = \beta_0 + D_1 TSOCIO_{i,t} + \beta_1 TAM_{i,t} + \beta_2 GAU_{i,t} + \beta_3 MTB_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (7)$$

$$TL_{i,t} = \beta_0 + D_1 TPORTE_{i,t} + \beta_1 TAM_{i,t} + \beta_2 GAU_{i,t} + \beta_3 MTB_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (8)$$

Considerando os modelos apresentados, foram realizados testes para verificar as condições necessárias para análise de regressão. O teste de Shapiro-Wilk mostrou que os resíduos não seguem uma distribuição normal, mas, como a amostra do estudo é grande, esse problema não compromete os resultados. Além disso, o teste VIF ou Fator de Inflação de Variância, foi aplicado para verificar se havia multicolinearidade entre as variáveis, e os resultados indicaram que isso não ocorreu. Por fim, o teste de Breusch-Pagan confirmou que os dados não apresentam heterocedasticidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Na Tabela 3, mostra a estatística descritiva das variáveis de controle (GAU, TAM e MKT) e da variável dependente (TL) das companhias.

Tabela 3 – Estatística Descritiva

Variáveis	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
TL	74.83	77	28	220	21.10
GAU	2.372	1.625	- 2.307	39.167	3.03
TAM	14.79	14.98	9.59	17.85	1.447
MTB	3.30	1.44	0.041	545.87	19.55

Nota: GAU = Grau de Alavancagem Operacional; TAM = Tamanho; MTB = Market to book.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Observou-se que as variáveis TL e MTB foram as que apresentaram maior desvio padrão, de 21.10 e 19.55 respectivamente, o que indica menor homogeneidade dos dados. Com base nesses resultados verificou-se que das variáveis estudadas houve uma diferença significativa entre as companhias que perderam o prazo de publicação dos resultados e as que não perderam o prazo e que é notável como à medida que captura o crescimento da companhia apresentou uma grande dispersão, sugerindo então, a influência de possíveis *outliers* na amostra analisada que pode ser justificada pela discrepância no segmento das companhias. O TAM e o GAU foram os que apresentaram menor desvio padrão, de 1.447 e 3.03 respectivamente, sendo as variáveis mais homogêneas no conjunto de dados e desta forma, mais representativas são suas médias.

4.2 MODELOS DE REGRESSÃO

As regressões revelam a influência da tempestividade por uma ótica do comportamento da auditoria e se ela explica a perda ou não do prazo pelas variáveis dependentes de perda do prazo (TVOLUNT, TOBRIG, TSOCIO e TPORTE).

Tabela 4 – Análise de Regressão Logística

Variável dependente: Perda do Prazo (PP)				
	(1)	(2)	(3)	(4)
TVOLUNT	- 0.007 (0.316)			
TOBRIG		- 0.235 (0.326)		
TSOCIO			0.075 (0.193)	
TPORTE				- 0.350 (0.227)
Tamanho (TAM)	- 0.040 (0.065)	- 0.038 (0.065)	- 0.040 (0.065)	0.010 (0.072)
Grau de alavancagem operacional (GAU)	- 0.029 (0.038)	- 0.029 (0.038)	- 0.029 (0.038)	- 0.027 (0.039)
Market to book (MTB)	0.005** (0.003)	0.005** (0.003)	0.005** (0.003)	0.005** (0.003)
Constant	- 1.862** (0.945)	- 1.859** (0.941)	- 1.882** (0.942)	- 2.345** (0.992)
Observações	1.680	1.680	1.680	1.680
R2 de McFadden	0.005	0.006	0.006	0.008

Significância ao nível de ***1%; **5%, *10%

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

É possível verificar na Tabela 4 que o coeficiente no modelo (3) referente a troca de sócio (TSOCIO) influencia positivamente a perda de prazo de publicação (PP) das demonstrações contábeis, apesar de não ter sido um resultado tão significativo. É possível verificar nesse mesmo modelo referente à (MTB) que houve influência positiva a um nível de significância de 5%, evidenciando que ocorreu uma mudança significativa no valor das empresas que perderam o prazo. Estudos similares como o de Souza et al. (2021) e Zhang, J. H. (2017) evidenciam que com alteração de sócio as companhias têm uma tendência a aumentar o prazo de publicação de suas informações financeiras, isso pode estar correlacionado ao estilo do auditor que pode influenciar a comparabilidade das empresas.

Contrário a isso os outros modelos evidenciam com o seu resultado negativo que quanto mais acontece troca voluntária (TVOLUNT), troca de porte (TPORTE) ou uma troca obrigatória (TOBRIG) as empresas têm uma tendência a mitigar a perda de prazo ou não acontecer essa perda, não afetando consideravelmente a tempestividade da informação (Azevedo e Costa, 2012; Ribeiro et al. 2019; e Francis et al. 2014).

Assim sendo, a interação entre a TSOCIO, tamanho e o grau de alavancagem operacional (GAU) revela um cenário onde o impacto da mudança na auditoria depende das características da companhia. Enquanto empresas maiores e com controles internos robustos tendem a mitigar possíveis atrasos, entidades com um grau de alavancagem maior enfrentam maior pressão por tempestividade (Almeida, 2010. Silva, 2013). Dessa forma, a governança corporativa e a qualidade dos processos internos são determinantes para assegurar que alterações na auditoria não comprometam a eficiência da divulgação financeira (Vieira, James Batista, 2019).

O R2 de McFadden foi utilizado para avaliar o modelo de regressão logística, como apresentado na Tabela 4. Ele forneceu uma métrica clara e interpretável sobre o ajuste do modelo, complementando as análises de significância dos coeficientes. No entanto, os valores baixos observados (0.005 a 0.008) sugerem que o modelo pode ser aprimorado com a inclusão de outras variáveis.

A Tabela 5 apresenta modelos de regressão linear múltipla, tendo como variável dependente a Timeline (TL) dos reportes.

Tabela 5 – Análise de Regressão Múltipla

Variável dependente: <i>Timeline</i> (TL)				
	(5)	(6)	(7)	(8)
TVOLUNT	- 1.045 (1.736)			
TOBRIG		- 1.734 (1.634)		
TSOCIO			- 1.958* (1.066)	
TPORTE				- 2.537* (1.307)
Tamanho (TAM)	- 2.277*** (0.360)	- 2.252*** (0.359)	- 2.259*** (0.358)	- 1.929*** (0.397)
Grau de alavancagem operacional (GAU)	- 0.819*** (0.038)	- 0.819*** (0.038)	- 0.817*** (0.038)	- 0.801*** (0.039)
<i>Market to book</i> (MTB)	0.035 (0.026)	0.035 (0.026)	0.036 (0.026)	0.035 (0.026)
Constant	110.434*** (5.289)	110.146*** (5.262)	110.708*** (5.268)	110.053*** (5.490)
Observações	1.680	1.680	1.680	1.680
R2	0.049	0.050	0.051	0.051

Significância ao nível de ***1%; **5%, *10%

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

É possível evidenciar na Tabela 5, que o coeficiente referente ao modelo (7) no que se trata a (TAM) e (GAU) houve influência negativa ao nível de significância de 1%, considerando assim que a alteração de sócio contador tem efeitos positivos para tempestividade da informação financeira. Evidencia-se também que, no modelo (8) no que se refere a (TAM) e (GAU) ao optar por uma empresa *BigFour* a publicação dos resultados é

feita de forma mais tempestiva reduzindo o prazo na divulgação das informações financeiras.

Ao considerar o efeito das trocas e o porte da firma de auditoria percebeu-se que a troca obrigatória da firma de auditoria, em decorrência do normativo n.308 (CVM,1999) e, posteriormente, da deliberação n.549 (CVM, 2008), houve influência significativa na tempestividade das informações financeiras. Da mesma forma que aconteceu nas companhias que realizaram a troca da firma voluntária. Assim, constatou que a troca de firma de auditoria seja obrigatória ou voluntária influencia na tempestividade, reforçando a um dos resultados do trabalho de Sá (2014).

A análise reforça a literatura contábil financeira que evidenciam que empresas maiores e mais alavancadas operacionalmente parecem ter maior urgência na divulgação das demonstrações financeiras, possivelmente devido à necessidade de transparência afim de manter a confiança do mercado, que pode ser atribuído também a um maior nível de governança nessas entidades (Ahmed, Neel & Wang, 2003). Esse comportamento pode ser associado a um nível mais elevado de governança corporativa, que impõe maior rigor e eficiência nos processos de auditoria e divulgação de informações financeiras (Francis, Khuran & Pereira, 2005). Além disso, a troca de sócio contador da auditoria e a mudança de porte da empresa contribuem significativamente para reduzir o prazo na divulgação das informações financeiras tornando-as mais tempestivas. Essas mudanças podem promover uma revisão mais aprofundada dos controles internos e procedimentos contábeis, resultando em maior cautela na divulgação da informação financeira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar o efeito da mudança de empresa de auditoria na tempestividade dos relatórios financeiros das empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3. Para isso, foram utilizadas 285 companhias entre o período de 2013 a 2023, totalizando 1.680 observações utilizadas neste período.

Estudos anteriores apresentam o uso de medidas (proxies) de tempestividade a defasagem publicação de relatórios e a folga financeira como Melo et al. (2024) que por meio de modelos de regressão similares ao da presente pesquisa evidencia que a folga financeira tem significância e exerce efeito negativo sobre o atraso da publicação dos reportes em referência às companhias que não atrasam. Neste estudo utilizou-se a proxie de perda de prazo de divulgação dos relatórios financeiros com uma óptica pela mudança da empresa de auditoria. As evidências indicaram que a troca da auditoria está relacionada à perda de prazo de publicação das informações financeiras das companhias listadas na B3 de forma positiva. Por exemplo, DeFond e Zhang (2014) destacam que a troca de auditoria pode melhorar a qualidade das divulgações financeiras ao introduzir novos processos e maior rigor, mas também pode resultar em atrasos temporários devido à curva de aprendizado do novo auditor. Esse cenário é consistente com os achados desta pesquisa, que identificaram um impacto negativo inicial da troca de sócio contador sobre a tempestividade.

Outro aspecto relevante encontrado nesta pesquisa, em uma percepção referente ao tamanho da companhia, foi a relevância do papel da governança corporativa na tempestividade da informação. Empresas com práticas robustas de governança tendem a gerenciar melhor as transições de auditoria, minimizando os impactos negativos sobre a tempestividade. Estudos como o de Garcia Sanchez e Noguera Gámes (2017) destacam que a governança corporativa é um fator determinante para a qualidade e o *timing* das divulgações financeiras, especialmente em contextos de mudanças de auditoria. No entanto, há uma lacuna na literatura sobre como a governança corporativa atua especificamente em contexto de mudança de auditoria, onde a tempestividade pode ser comprometida devido à necessidade de adaptação e aprendizado.

Os resultados deste estudo fornecem evidências de que a troca de sócio contador da firma de auditoria tem efeito negativo sobre a tempestividade dos reportes divulgados pelas companhias, mediante perda de prazo de publicação. Sendo assim, reforçando o estudo de Azevedo & Costa, (2012) que evidencia que a qualidade da auditoria pode ser impactada negativamente pela falta de conhecimentos aprofundados sobre as atividades dos novos clientes. E que também, a troca do auditor poderia contribuir para a redução da qualidade das demonstrações contábeis pelo tempo de aprendizado necessário para a adequada compreensão das transações ocorridas durante o período. Nesse sentido, a presença de comitês ativos e a adoção de políticas claras para a seleção e rotatividade de auditores podem mitigar os riscos associados à troca de firmas de auditoria.

Por fim, os resultados desta pesquisa contribuem para a literatura ao evidenciar que a troca de empresa de auditoria e de sócio contador tem um impacto significativo sobre a tempestividade dos relatórios financeiros das empresas brasileiras listadas na B3. Embora a mudança de auditoria possa trazer benefícios a longo prazo, como a melhoria da qualidade das divulgações e a introdução de novas práticas, ela também pode resultar em atrasos temporários devido à necessidade de adaptação e aprendizado por parte dos envolvidos.

Sugere-se ainda que, para pesquisas futuras, possam ser feita análise de dados que apontem o papel da governança corporativa mediante a tempestividade da informação financeira, bem como a utilização de variáveis dependentes como perda de prazo, variáveis independentes como o índice de governança corporativa (e.g., baseado no Novo Mercado da B3 ou em indicadores como IGC da ANBIMA) e variáveis de controle como o tamanho da empresa, alavancagem operacional e setor de atuação.

REFERÊNCIAS

AL-AJMI, J. Audit and reporting delays: Evidence from an emerging market. **Advances in Accounting**, v. 24, n. 2, p. 217-226, 2008.
DOI: <https://doi.org/10.1016/j.adiaac.2008.08.002>.

ALTOÉ, S. M. L.; RIBEIRO, F.; COLAUTO, R. D. Tempestividade da informação contábil e prática da suavização de resultados: um estudo no mercado de capitais brasileiro. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 3, p. 17–25, 2015.

ALVES, G. G. A. & MACEDO, M. A. S. Tempestividade, Relevância e Persistência dos Lucros para Instituições Financeiras no Brasil: uma análise comparativa entre os padrões COSIF-BACEN e CPC-CVM para o período de 2010 a 2018. **XX USP International Conference in Accounting**, Disponível em:
<https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2370.pdf>.
Acesso em: 13 mar. 2025.

ARAÚJO, F. F. de; NOSSA, V. Más (boas) notícias e postergação (antecipação) de divulgação de demonstrações financeiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 59, n. 3, p. 165-179, 2019.

AZEVEDO, F. B.; COSTA, F. M. Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração (Mackenzie Management Review)**, v. 13, n. 5, 2012.

Baatwah, S., Ahmad, N. & Salleh, Z. Audit Committee Financial Expertise and Financial Reporting Timeliness in Emerging Market: Does Audit Committee Chair Matter?. ResearchGate, 2018. DOI:10.22164/isea.v10i4.164.

BARROS, J. da S. A auditoria independente no contexto da governança corporativa. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais, Fortaleza-CE, 2009.

BATISTELLI, C.; GROTO, E.; EINSWEILER, A. C.; PICCOLI, M. R. Influência da governança corporativa no desempenho das empresas listadas no índice IBRX100. **XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**. São Paulo, 2020.

BEUREN, I. M.; PAMPLONA, E.; LEITE, M. Remuneração de Executivos e Desempenho das Empresas Brasileiras Familiares e Não Familiares. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, n. 6, p. 514-531, 2020.
DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190191>.

BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Governança, Gestão de Riscos e Integridade. Brasília: ENAP, 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Instrução CVM nº 351, de 24 de abril de 2001. Altera a Instrução CVM nº 202/1993 e dispõe sobre prazos para apresentação das demonstrações financeiras. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/300/inst351.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

CORBARI, A. K.; FEDERIZZI, M.; PLASECK, R. E. C. M. A Responsabilidade do Auditor Independente Em Relação A Fraudes E Atos Ilegais. **Anais do 15º Encontro Científico Cultural Interinstitucional e 1º Encontro Internacional**, 2017.

COSTA, F. M. da; CARDOSO, R. L.; NIYAMA, J. K. Governança corporativa e a reação do mercado de capitais à divulgação das informações contábeis. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 44, p. 22-35, 2007.

CPC 00 (R1). Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**, de 02 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 28 dez. 2024.

CRINO, A. L. et al. Fatores econômicos, financeiros e características que influenciam a tempestividade da informação contábil do setor público nos municípios de Minas Gerais. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 27, n. 2, p. 310-341, 2024.
DOI: <https://dx.doi.org/10.51341/cgg.v27i2.3220>.

DeFond, M.; Zhang, J. A review of archival auditing research. **Journal of Accounting and Economics**, v. 58, n. 2-3, p. 275-326, 2014.
DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2014.09.002>.

FRANCIS, J. R.; HANNA, J. D.; VINCENT, L. Causes and effects of discretionary asset write-offs. **Journal of Accounting Research**, v. 34, p. 117-134, 1996.
DOI: <https://doi.org/10.2307/2491429>.

FRANCIS, J. R.; PINNUCK, M. L.; WATANABE, O. Auditor style and financial statement comparability. **The Accounting Review**, v. 89, n. 2, p. 605-633, 2014.
DOI: <https://doi.org/10.2308/accr-50642>.

GARCÍA-SÁNCHEZ, I.-M.; NOGUERA-GÁMEZ, L. Integrated information and the cost of capital. **International Business Review**, v. 26, n. 5, p. 959-975, 2017.
DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2017.03.004>.

JENKINS, D. S.; VELURY, U. Does auditor tenure influence the reporting of conservative earnings? **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 27, n. 2, p. 115-132, 2008.
DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2008.01.005>.

KIM, H.; LEE, H.; LEE, J. E. Mandatory audit firm rotation and audit quality. **The Journal of Applied Business Research**, v. 31, n. 3, p. 1089, 2015.

KIRCH, G.; LIMA, J. B.; TERRA, P. R. S. Determinants of disclosure timing for financial statements of Brazilian public companies. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 23, n. 60, p. 173-186, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772012000300003>.

LAWRENCE, A.; MINUTTI-MEZA, M.; ZHANG, P. Can Big 4 versus non-Big 4 differences in audit-quality proxies be attributed to client characteristics? **The Accounting Review**, v. 86, n. 1, p. 259-286, 2011. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr.00000009>.

LEITE, E. L.; MELO, J. G.; SILVA, A. R. A Importância da Auditoria Interna na Organização. **Revista de Administração e Contabilidade da Faculdade Anísio Teixeira**, v. 13, n. 1, p. 20-30.

MCGEE, R. W. Corporate Governance and the Timeliness of Financial Reporting: A Case Study of the Russian Energy Sector. Andreas School of Business Working Paper, 2007.

MELO, T. S.; RIBEIRO, A. M.; ROVER, S.; PIRES, P. A. S. Tempestividade das demonstrações contábeis sob a ótica da folga financeira. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 23, p. 1-19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.16930/2237-766220243501>.

OWUSU-ANSAH, S.; LEVENTIS, S. Timeliness of corporate annual financial reporting in Greece. **European Accounting Review**, v. 15, n. 2, p. 273-287, 2006.
DOI: <https://doi.org/10.1080/09638180500252078>.

PAULO, I. I. S. L. de M.; CAVALCANTE, P. R. N.; PAULO, E. Relação entre qualidade da auditoria e conservadorismo contábil nas empresas brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 7, n. 3, 2013. DOI: 10.17524/repec.v7i3.984.

PERAZZOLLI, J. V. P.; PINHEIRO, L. E. T.; COLARES, A. C. V. Divulgação de Fraquezas Materiais nos Controles Internos de Companhias Emissoras de ADRS Listadas na NYSE. **RAGC**, v. 8, n. 38, p. 124-139, 2020.

RIBEIRO, A. M.; SOUZA, A. M.; VICENTE, E. F. R. Impacto da troca de auditor na comparabilidade dos relatórios financeiros. **XIX Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**. São Paulo, 2019.

SÁ, T. S. Tempestividade da informação: uma análise dos fatores que influenciam o prazo de publicação das demonstrações financeiras no Brasil. **Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais**, DF, 2014.

Salgado, N. N. B., & Souza, P. V. S. (2021). O efeito da tempestividade contábil no gerenciamento de resultados de empresas brasileiras listadas na B3. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, 14(1), 039-055.
<https://doi.org/10.14392/asaa.2021140102>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SILVESTRE, A. O.; COSTA, C. M.; KRONBAUER, C. A. Audit rotation and earning quality: An analysis using discretionary accruals. **BBR – Brazilian Business Review**, v. 15, n. 5, p. 410-426, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15728/bbr.2018.15.5.1>.

SODRÉ, G.P. & PEREIRA, A. G. Legitimidade Corporativa em Empresas Ambientalmente Sensíveis da B3: Análise dos Principais Assuntos de Auditoria. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 11, n. 2, p. 73-86, 2019. ISSN: 2177-8426, Disponível em: <https://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/202/227>. Acesso em: 13 de mar. 2025.

SOUSA, A. M.; RIBEIRO, A. M.; VICENTE, E. F. R. Impacto da troca da auditoria na comparabilidade dos relatórios financeiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 32, n. 87.

UNITED STATES. Sarbanes-Oxley Act of 2002. Public Law 107-204, 116 Stat. 745. 107th Congress, 2nd session, 2002. Disponível em: <https://sarbanes-oxley-act.com>. Acesso em: 13 mar. 2025.

VURAN, B.; ADILOĞLU, B. Is Timeliness of Corporate Financial Reporting Related to Accounting Variables? Evidence From Istanbul Stock Exchange. **International Journal of Business and Social Science**, v. 4, n. 6, p. 58-70, 2013.

Crino, A.L, Araújo, M. A., Pereira, N. A., Júnior, A. C. B., Ferreira, N. A. M. (2024). Fatores econômicos, financeiros e características que influenciam a Tempestividade da Informação Contábil do setor público nos municípios de Minas Gerais. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, 27 (2), 310-341. <http://dx.doi.org/10.51341/cgg.v27i2.3220>